

OS CAPUCHINHOS E AS IRMÃS DO CORAÇÃO DE MARIA: NA ASSISTÊNCIA DE CRIANÇAS POBRES

João Valerio Scremin*

RESUMO: Esta pesquisa analisou a proposta de assistência e educação da criança desvalida num asilo de recolhimento católico da cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, em fins do século XIX e início do século XX. Existente até os dias atuais com o nome de Lar Escola do Coração de Maria, o Asilo de Nossa Mãe foi fundado em 1896 como uma instituição voltada para o recolhimento de meninas órfãs e desvalidas, tendo como objetivo assistir, educar, civilizar, moralizar e higienizar essas meninas, transformando-as, segundo seu regimento, em mães de famílias pobres. O trabalho procurou contribuir para a compreensão do processo de assistência à criança pobre, analisando, para tanto, as representações do lugar das crianças pobres na sociedade do período, as ações empreendidas, bem como o significado deste recolhimento em relação com as propostas de assistência presentes nos documentos do asilo.

PALAVRAS-CHAVE: Asilo de Nossa Mãe, Infância, Assistência a menores, Piracicaba.

ABSTRACT: This research analyzed the proposal of assistance and education of rejected children in an catholic orphanage in the city of Piracicaba, interior of São Paulo, in the end of the XIX century and beginning of the XX century. In existence to this day, with the name of the Lar Escola Coração de Maria, the Asilo de Nossa Mãe was founded in 1896 as an institution directed toward the gathering of orphaned and rejected children, with the objective of assisting, educating, civilizing, and teaching of values to these girls, transforming them, according to its regiment, into mothers of poor families. The research attempted to contribute to the understanding of the process of assistance of the rejected child, analyzing, for that reason, the representation of the poor child's place in society during that period of time, the measures taken, as well as, the significance of this orphanage in relation to the proposals of assistance present in the documents at the orphanage.

KEY-WORDS: Orphanage of Our Mother, Childhood, Assistance to minors, Piracicaba.

INTRODUÇÃO

Daqui em diante em Piracicaba, as meninas, pobres, órfãs e desvalidas não chorarão mais a lagrima da orfandade, porque o Coração de Maria Nossa Mãe a todas oferece carinho e agasalho maternais (MARCON, 1992, p. 85).

Com estas palavras, Frei Luiz Maria de São Tiago¹ anuncia a colocação da pedra fundamental do Asilo de Nossa Mãe, conforme nota publicada no

* Graduado em História, UNIMEP; Mestre em Educação, UNICAMP; Docente convidado pela Faculdade de Ciências da Religião, UNIMEP, curso de Teologia; E-mail: jvscremin@aol.fr.

jornal *Gazeta de Piracicaba*, em 21/02/1896, que convidava a todos os leitores a participarem do evento,

hoje, ás 12/1/2 horas da tarde, terá logar a bençam e assentamento da pedra fundamental do futuro edifício destinado ao azylo de orphans, em frente à rezidencia do sr. Valencio Bueno de Toledo, à Rua Boa Morte. É mais uma prova não só do nosso progresso local, como da boa vontade e sentimento caridoso que anima os promotores de tão levantado commetimento, e daquelles que promptamente vieram em seu auxilio. Rejubilando-nos por este faustoso acontecimento, convidamos ao publico para assistir as cerimônias de hoje (G. P., 1896, p. 1)².

Testemunho do progresso local, da boa vontade e caridade dos promotores, a ocasião solene reuniu diversas autoridades que saudavam esse “grandioso” empreendimento, cuja repercussão mereceu destaque na edição de 25/02/1896 da *Gazeta de Piracicaba*.

Realizou-se no domingo, 21 do corrente, o lançamento da primeira pedra do edifício que vai ser destinado ao Asylo de Orphans. Houve bençam religiosa por parte dos sacerdotes Vigário Galvão e Frei Bernardino. No côncavo da pedra foi lançado uma caixa metallica contenum um numero d'O Comercio, um da Gazeta e diferentes moedas. Fizeram-se ouvir commentario o auspicioso facto os srs. dr. Rafael Marques Cantinho, dr. Joveniano Alvim, dr. Francisco Morato e o professor Antonio de Mello Cotrim. Durante a solemnidade tocaram bandas de musica (G. P., 1896, p. 2).

O projeto do asilo foi idealizado por Frei Luiz e por Madre Cecília³, no ano anterior, num episódio denominado pelas fontes de “inspiração”, quando D.

¹ Em S. Tiago, diocese de Trento na Itália, nasceu Benjamim Zucali, vestiu o hábito capuchinho em 29/09/1877, recebendo o nome de Frei Luiz Maria de São Tiago; foi ordenado sacerdote em 21/09/1884, vindo para o Brasil em 1896. Além de ser o fundador do Asilo de Nossa Mãe, erigiu canonicamente a Ordem Terceira Secular de S. Francisco de Assis. Cf. MARCON, 1992, p. 82.

² Utilizarei a abreviação - G. P. -, para GAZETA DE PIRACICABA.

³ Antônia Martins de Macedo nasceu em Piracicaba no dia 7 de julho de 1852. Foi batizada em sete de novembro de 1862 na matriz de Piracicaba. Em 11 de fevereiro de 1888, aos 35 anos, casou-se com Francisco José Borges, com quem teve três filhos: uma menina que nasceu cega e com deficiência mental e dois meninos. Com a morte do marido em 1893, Antonia entrou para a Ordem Franciscana Terceira Secular de Piracicaba, em 31/12/1895, com o nome de Irmã Cecília do Coração de Maria. No ano de 1898, iniciam-se as atividades no lar com as irmãs Cecília, Nazária, Virgínia, Benedita e Valéria, mais duas órfãs e os três filhos da irmã Cecília. Cf. PEDROSO, 1996, p. 107.

Antonia de Macedo, em meio ao trabalho em sua oficina de costura, declarou a uma de suas companheiras da Ordem:

em minha mente, cândida, uma idéia que não sei se é inspiração ou tentação. Desejava arranjar uma casa onde, morando com algumas irmãs terceiras, pudéssemos, além de levar uma vida de oração e trabalho, nos dedicarmos ao apostolado das almas, auxiliando os nossos capuchinhos em suas árduas missões (MARCON, 1992, p. 83).

Romano (1996) observa que a Ordem Terceira Franciscana se constituía em uma corporação de leigos subordinados às ordens religiosas tradicionais, mas que possuíam autonomia em relação à Igreja, quanto à sua atuação, podendo assim, eleger sua própria diretoria, sem nenhum ônus.

Segundo Gavazzoni (2009), Madre Cecília, que no ano de 1896, foi eleita a 1ª Ministra da Ordem III Franciscana para a parte feminina tinha, a princípio, o objetivo de criar somente uma congregação para viver uma vida de oração separada da sociedade⁴. Ao relatar sua idéia a frei Luiz, este lhe respondeu que: aquele seu pensamento e desejo não eram, “nem loucura nem tentação (...), mas verdadeira inspiração de Deus e que essa casa seja para meninas órfãs e desvalidas” (MARCON, 1992, p.84).

Como nos esclarece Pedroso, a “inspiração” da madre era instituir um recolhimento para as irmãs terceiras, para que estas pudessem viver em comunhão, auxiliando os missionários capuchinhos. Tal idéia foi, de acordo com o autor, “um tanto transformada por Frei Luiz em um abrigo para meninas desvalidas” (PEDROSO, 1996, p. 43).

Assim a idéia de se criar um asilo de recolhimento para meninas desvalidas foi, segundo Gavazzoni (2009), de frei Luiz de São Tiago. A madre teria conforme a autora, obedecido ao então diretor da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, mesmo tendo, a priori, resistido à idéia de cuidar das meninas. O que se pode observar é que frei Luiz instituiu o asilo e atribuiu à congregação, defendida pela madre, a responsabilidade pela instituição.

Ao ouvir o relato da madre Cecília, frei Luiz, que já tinha vivenciado experiências com o ensino de crianças pobres, provavelmente vislumbrou a

⁴ Magali Gavazzoni é a atual diretora do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe.

possibilidade de criação de um asilo de órfãos e desvalidas no interior da congregação das irmãs franciscanas, o qual poderia seguir os moldes da escola para meninos mantida pelos freis na cidade.

Enfim, as experiências de Madre Cecília do Coração de Maria com as desvalidas recolhidas pelo Asilo de Nossa Mãe se devem, em grande medida, à iniciativa de seu superior dentro da Ordem Terceira, Frei Luiz Maria de São Tiago, idealizador de uma instituição para o recolhimento de crianças pobres, no município de Piracicaba.

A Realização

Em 8 de julho de 1896, o padre Francisco Galvão P. de Barros, autorizou, por meio de uma subscrição, a madre a esmolar pela causa da construção da casa, que tinha recebido dois lotes como doação, no valor de dez contos de réis. O religioso autorizava seus párocos também a contribuírem com a irmã, justificando que: “Nós vemos tantas meninas se perderem por falta de uma educação moral e religiosa” (MARCON, 1992, p.124) que todos deviam contribuir com tão nobre causa.

Um dos terrenos para a construção da instituição fora doado por Maria das Dores Morato, amiga da madre, constituindo-se como o local onde seria edificado o asilo. O outro terreno, ao lado, fora doado pelo tio de Maria Morato, Manoel Morato de Carvalho⁵. Nesta mesma subscrição, nota-se o nome das “notáveis”, que faziam parte das elites republicanas da cidade no período⁶. Compunham a lista dos que aderiram à causa da criação do asilo as filhas e esposas de ricos fazendeiros e juristas de prestígio não só da cidade, mas de toda a região, como o Sr. Estevam Ribeiro de Souza Rezende, Barão de Rezende⁷ e Francisco Antônio de Almeida Morato. Dentre estas, destacam-se

⁵ MARCON, 1992, p.124.

⁶ Em Piracicaba, segundo Torres (2003), em meados da década de 1880, antigos monarquistas já haviam aderido ao Partido Republicano. Segundo essa autora, no dia 25 de dezembro de 1889, “na residência do Barão de Serra Negra, houve uma reunião de monarquistas, secretariada pelo Barão de Rezende, na qual decidiu dar adesão e leal apoio ao governo provisório dos Estados Unidos do Brasil” (TORRES, 2003, p. 164).

⁷ Segundo Valdez, “no Brasil, o título de barão, o mais desprestigiado na hierarquia nobre, destinou-se, sobretudo, ao proprietário rural que não fazia parte da elite política. Títulos mais

as que pertenciam à comissão de benfeitorias em prol da construção do asilo, Baroneza de Rezende, Idalina Augusta de Almeida Morato, Ambrosina J. de Almeida Morato, Cândida Botelho de Vasconcellos, Anna Francisca Alves, Antonia Lydia de Almeida Barros, Maria Conceição Morato e Baroneza do Piracicamirim⁸.

Desde o início da década de 1890, com a fundação da Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba⁹, vê-se no município um movimento que congregava principalmente as elites, o qual visava arrecadar fundos para fins da educação das crianças, mostrando que havia pessoas que se preocupavam com o “bem-estar coletivo” (TORRES, 2003, p. 189).

Essa relação das elites republicanas com a educação, a que se assiste no período inicial da República, no Estado de São Paulo, objetivava, segundo Hilsdorf (2003), a formação de um cidadão que seria transformado por meio da escola, como parte de um “projeto que criaria uma sociedade branca, imigrante e estratificada em camadas, com direitos e deveres diferenciados, segundo sua posição no mercado de trabalho” (HILSDORF, 2003, p. 60).

O objetivo, segundo assinala a autora, era a substituição da população de escravos, recém liberta, pelos imigrantes que ocupariam suas funções, o que possibilitaria criar uma nova sociedade. Além disso, esse projeto visava substituir a sociedade monárquica considerada ultrapassada pela republicana (HILSDORF, 2003). Tais objetivos justificariam as doações significativas feitas pelas elites para a instalação de locais para a assistência e educação de crianças na cidade de Piracicaba.

A preocupação com a educação e assistência das meninas desvalidas já se tornava visível nas páginas do jornal *Gazeta de Piracicaba*, em um artigo intitulado *Asylo de Órphans*, publicado em 02/07/1896, constituindo-se essa

elevados, como o de visconde, conde, marquês e duque eram reservados aos proprietários e altos burocratas que ocupavam cargos públicos ou a militares que ingressavam na elite (...). A classe eleita pelo imperador como ‘mais merecedora’ ficou conhecida como os ‘barões do café’, termo utilizado para designar os ricos cafeicultores, sobretudo do vale do Paraíba, que recebiam a titulação nobiliárquica pela riqueza e pelo poder que ostentavam” (VALDEZ, 2006, p. 69).

⁸ MARCON, 1992, p. 124.

⁹ A Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba foi extinta em 1896. Em seu edifício foi instalado um colégio conhecido como Colégio Rosa onde, segundo Torres (2003), estudavam alunos que pretendiam prestar exames para as Escolas Superiores Politécnica, de Medicina e Direito.

reportagem na primeira menção à instituição que aparece na imprensa local. O tom assumido pela matéria evidenciava o empenho das senhoras da elite piracicabana em angariar fundos para que se pudesse criar o asilo:

Estabelecimento, para o qual já contam valiosas offeras, tratará não só da manutenção physica das infelizes que não possuem paes, mas também de sua educação moral e intellectual.

A principio será uma casa modesta com capacidade para 25 ou 30 educandas, mas construída de modo que paulatinamente possa crescer até tornar-se um vasto edificio de protecção cujos beirões sejam bastante largos para estender sua sombra philanthropica sobre todas as indigentes deste lugar.

Fazemos votos para que esta idéia generosa encontre apoio no coração dos piracicabanos. Não vivamos só para nós, vivamos também para outrem, como dizia o poderoso philosopho Montpellier (G. P., 1896, p. 2).

Como assinalava o periódico *Gazeta de Piracicaba*, o asilo foi fundado com base no princípio cristão de amor ao próximo. Assim o jornal estampou em suas páginas, em 07/10/1896, um apelo por meio do qual as senhoras da elite tentavam sensibilizar a sociedade piracicabana em prol das meninas órfãs. No mês posterior ao apelo, já colhiam os frutos de seus clamores, chegando a arrecadação a 33:560\$¹⁰; no mês seguinte, foram arrecadados 39:910\$¹¹.

Para se ter uma idéia das importâncias arrecadadas nesses dois meses, vale destacar que, segundo Torres (2003), para a construção do Grupo Escolar de Piracicaba, o então senador Manuel de Moraes Barros, pai do presidente da Câmara de Vereadores da cidade, Dr. Paulo de Moraes Barros, doou um “cheque no valor de 10:000\$000” (TORRES, 2003, p.200), ou seja, aproximadamente 13% do valor arrecadado pela instituição.

Ainda no que se refere às doações, os periódicos da cidade, em especial o jornal *Gazeta de Piracicaba*, publicava em suas páginas o nome dos doadores e a quantia que cada um se dispunha a doar para a instituição, conforme nota de 29/04/1900, que registra:

Esmolas recebidas nos mezes de Janeiro, Fevereiro e março do corrente anno:

¹⁰ GAZETA DE PIRACICABA, 1896, p. 2.

¹¹ Idem, 1896, p. 2.

Uma cathólica – 20\$000
D. Antonia da Cunha – 10\$000
D. Eudoxia Pinto Almeida – 50\$000
Rev. Vigário Alarico – 20\$000
João do Prado – 100\$000
João Pedreira – 10\$000
Antonio Morato Carvalho – 24\$000
Por intermédio do sr. Ricardo Pinto – 100\$000
D. Tereza Jesus Aguirra – 500\$000
João Francisco – 7\$500
Arthur Porto – 150\$000
Felippe Dihel – 20\$000
D. Maria das Dores Cunha – 10\$000
Maria Soledade Pinto – 50\$000
Somma – 1:91\$500 (G. P., 1900, p. 2).

Assim, o periódico cumpria um importante papel ao divulgar o nome dos caridosos da cidade, com a clara intenção de torná-los mais conhecidos e ilustres, já que identificados pelos seus respectivos sobrenomes. O exame da lista evidencia que estes faziam parte das elites católicas, política e economicamente atuantes no município.

Para a *Gazeta de Piracicaba*, jornal que congregava em torno de si nomes ligados aos ideais republicanos, mostrava-se interessante estampar, vez por outra, em suas páginas, os respectivos colaboradores das iniciativas voltadas para a assistência à criança pobre do município e, de preferência, dar ênfase a seus feitos caridosos.

Inaugurado em dois de fevereiro de 1898¹², o asilo iniciou suas atividades com cinco religiosas que pertenciam à Ordem das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria e duas internas órfãs e desvalidas, Odilia Evangelista, de seis anos de idade, e Maria Joaquina, com dez anos. Ambas ficaram na casa até 1902, quando Maria Joaquina faleceu, sem causa identificada, e Odila foi retirada por uma pessoa identificada como D. Adalina Ferraz.

No ano de 1900, a instituição já abrigava 38 órfãs, em 1901 já seriam 40¹³. Dentre estas, seis italianas. De acordo com o artigo segundo do estatuto do Asilo de Nossa Mãe, só poderiam ser admitidas meninas com idade entre 5

¹² MARCON, 1992, p. 84 e 116.

¹³ Estas informações estão contidas na folha de matrícula do Asilo Coração de Maria Nossa Mãe, pertencentes ao ARQUIVO PARA CANONIZAÇÃO DE MADRE CECILIA, localizado no Colégio Ave Maria de Campinas.

e 15 anos¹⁴. Não havia no estatuto nenhuma restrição explícita quanto à nacionalidade das meninas que seriam admitidas no asilo.

A presença de imigrantes na instituição pode ser explicada em função da chegada de trabalhadores estrangeiros, os quais se destinavam aos engenhos de cana-de-açúcar¹⁵.

Em relação à presença de imigrantes no município, Terzi e Peres (2008) informam que, a partir de 1887, verificou-se uma onda de imigração na cidade de Piracicaba. Essas pessoas se organizavam em colônias e dinamizaram a produção, e conseqüentemente, disciplinaram o mercado de trabalho. Esses trabalhadores vinham para exercer as suas atividades tanto na plantação de café quanto na cana-de-açúcar. Segundo as autoras,

o impacto mais geral da imigração pode ser percebido através do crescimento da sua participação na população total da região de Piracicaba. No ano de 1872 havia na região 2015 estrangeiros dos quais 1733 em Piracicaba correspondendo a 8,6% da população total. Em 1920 encontravam-se na região 22.430 indivíduos estrangeiros representando 16,31% da população total (TERZI e PERES, 2008, p. 7).

No contexto do Asilo de Nossa Mãe, fundado por um frei capuchinho advindo da Itália, a presença de algumas meninas imigrantes pode ser compreendida quando se leva em conta que a assistência dos imigrantes empobrecidos e suas crianças constituiu-se uma das motivações, juntamente com a missionária, da instalação dos freis capuchinhos no Brasil. Como nos esclarece Azzi, citado por Marcílio (1984), existia o “desejo expresso de dar assistência aos próprios grupos de compatriotas que em levadas sucessivas haviam emigrado para o Brasil” (MARCILIO, 1984, p. 113).

Segundo Pedroso (1996), embora não estivesse totalmente concluído, na data da inauguração, o edifício do asilo “oferecia condições de residência” (PEDROSO, 1996, p. 84). Para o autor, no local não havia água encanada, utensílios para cozinha; os pratos, por exemplo, eram latas de marmelada,

¹⁴ MARCON, 1992, p. 132.

¹⁵ Para se ter uma idéia sobre a intensidade do movimento imigratório no Estado de São Paulo, segundo Lefevre, citado por Nascimento (1980), em 1890, imigraram para São Paulo 319.780 estrangeiros; em 1899, o número de pessoas advindas, principalmente da Europa, para trabalhar em sua maioria na agricultura, chegou a 735.076.

abertas de acordo com a quantidade de meninas recolhidas no asilo, e as irmãs, no cotidiano, trabalhavam descalças.

Camargo (1899), ao narrar o aspecto físico do asilo, esclarece que o edifício estava construído em um terreno de “seis braças¹⁶ de frente e vinte de fundos” (MARCON, 1992, p. 117), o que equivale a aproximadamente 582 metros quadrados. Para se ter um parâmetro, o terreno do grupo escolar do município era de 2144 metros quadrados (CAMARGO, 1899, p. 145). O prédio do asilo se localiza, ainda hoje, à Rua Boa Morte, que “conta com 13 quarteirões ou digamos 1340 metros. Termina (...) na Rua São José, tendo 100 casas numeradas” (CAMARGO, 1899, p. 257).

O Asilo de Nossa Mãe era, e ainda é composto de três andares, sendo que o último, segundo Pedroso (1996), recebeu o apelido de “paraíso” (PEDROSO, 1996, p. 47). Este andar, como destaca Camargo (1899) era o dormitório das irmãs do Coração de Maria e de Madre Cecília. No segundo andar ficavam os dormitórios das internas e, no térreo, as salas de trabalho e o local para as refeições. Era um espaço “próprio, espaçoso e decente está situado em um lugar alto, em um terreno vasto, muito salubre, e tem capacidade para 70 internas” (CAMARGO, 1899, p. 154).

Descrição semelhante sobre o asilo, com um pouco mais de detalhes, foi estampada nas páginas do jornal *Gazeta de Piracicaba* em 13/12/1900, que assim o descreveu:

Para o recreio das asyladas tem elle um bonito pomar, de boa extensão. O edifício, que se divide em três partes, tendo o pavimento inferior sala de trabalho e estudos, e locutório das irmãs, com capella, e no pavimento superior o dormitório das órfãs, reúne todas as principais condições de hygiene (G. P., 1900, p. 2).

Pode-se perceber nesta descrição que a divisão arquitetônica do prédio evocava a divisão hierárquica do asilo, ou seja, próximo ao “céu”, no “paraíso”, ficavam as religiosas que eram as mestras das internas e auxiliares da madre; na parte intermediária, as internas e as noviças e enfim, no térreo, encontrava-se o lugar onde eram realizadas as atividades manuais, como trabalhos de

¹⁶ Braça é uma unidade de medida equivalente a 2,20m.

agulha, de lavar, engomar e tudo o que fosse necessário, segundo o regimento interno do asilo, para formar uma mãe de família pobre¹⁷.

No artigo publicado em 30/11/1904, o *Jornal de Piracicaba* dava destaque à construção do asilo, narrando que “O Asylo do Coração de Maria alli esta erecto no alto de uma collina como um dos mais bellos testemunhos altruísticos deste bom povo e um dos padrões de glória de Piracicaba” (J. P., 1904, p. 1)¹⁸.

Nota-se que existia uma preocupação com a salubridade do edifício, que foi construído em um terreno espaçoso, lugar alto e decente, com janelas grandes, conservadas até hoje, para a entrada da luz natural e para a circulação do ar; lugar bem arejado que eliminava o que Bañuelos (2000), denominou “riscos patológicos” (BAÑUELOS, 2000, p. 76), ao estudar o lugar destinado à escola nos projetos urbanísticos idealizados por médicos e arquitetos, na Espanha, no fim do século XIX. Além disso, o edifício encontrava-se afastado do centro urbano, seguindo as recomendações, correntes no período, para a construção de prédios como o do asilo, destinados à habitação de um número considerável de pessoas.

A preocupação com a salubridade é corrente no período, justificando-se, conforme a documentação levantada na Câmara de Vereadores da cidade de Piracicaba, em função dos altos índices de mortalidade entre as crianças. Em janeiro do ano da fundação do asilo foram sepultadas 56 crianças entre 105 mortos¹⁹. No ano todo, com exceção dos meses de março e maio cujos registros não foram encontrados, verificou-se que houve um total de 483 menores mortos, entre 767 cadáveres²⁰.

¹⁷ O Regimento Interno do Asilo se encontra, atualmente, nos arquivos do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe, na cidade de Piracicaba, e também nos Arquivos para a Canonização de Madre Cecília, que se encontra no Colégio Ave Maria de Campinas. Cf., PEDROSO, 1996.

¹⁸ Utilizarei a abreviação – J. P. -, para o JORNAL DE PIRACICABA.

¹⁹ ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, Caixa 7, Expediente da sessão de 03/02/1896.

²⁰ Idem. Expediente das sessões de 03/02; 02/03; 04/05; 06/07; 30/08; 19/10; 15/11; 07/12 de 1896 e para o mês de dezembro. Cf. LIVRO 17/002. Fls. 63, de 04/01/1897.

Segundo o *Jornal de Piracicaba*, em artigo de 09/08/1900, as principais causas de óbitos no município eram as doenças como tuberculose, febre amarela, cólera, varíola e a febre tifóide²¹.

Apesar das preocupações com a salubridade do edifício, dois anos após a inauguração do asilo, o jornal *Gazeta de Piracicaba* constatava que as “pobresinhas que ali vão encontrar abrigo (...) devido à escassez de recursos se vêm obrigadas a dormir em colchões no soalho, visto ser insuficiente o numero de camas que o estabelecimento possui” (G. P., 1900, p. 4). Todavia, no artigo cinco de seu estatuto, o asilo se propunha a garantir para as meninas admitidas na instituição, “tudo o quanto precisar para sua subsistência e educação” (MARCON, 1992, p. 133).

Convidado por Madre Cecília para uma visita ao asilo, o jornal *Gazeta de Piracicaba* procurou, por meio de um artigo publicado em 13/12/1900, sensibilizar o leitor a participar de um leilão em prol da instituição que ocorreria em 16/12/1900²², com o objetivo de angariar fundos para a manutenção do asilo e suprir as necessidades básicas das internas.

A reportagem contribuiu sensivelmente para a adesão dos ilustres do município ao evento beneficente, ao mesmo tempo em que buscou sensibilizar as autoridades sobre alguns requerimentos de ajuda financeira, que estavam em tramitação na Câmara de Vereadores da cidade no período.

Esse tipo de apoio mostrava-se fundamental para a sobrevivência de instituições que necessitavam de ajuda externa, de pessoas físicas, jurídicas e também das autoridades locais para subsistir. Como esclarece Sangrard (2003), ao estudar os princípios da filantropia e do assistencialismo no Brasil, “a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma” (SANGRARD, 2003, p.1). Quanto ao conceito de filantropia, a autora afirma que ela

²¹ JORNAL DE PIRACICABA, 09/08/1900, p. 2. Bertolli Filho (2001), ao estudar a história da saúde pública no Brasil e o surgimento da epidemiologia, que visava prevenir a proliferação de doenças, destaca que o combate às doenças infecto-contagiosas era uma preocupação constante no país. Para saber como se davam os debates acerca dos estudos referentes à saúde, epidemiologia e à atuação dos médicos-higienistas nas cidades em desenvolvimento em fins do século XIX e início do século XX, consultar os trabalhos de Bertolli Filho (2001); Ribeiro (1991) e Rocha (2003).

²² GAZETA DE PIRACICABA, 16/12/1900, p. 2.

pode ser entendida, grosso modo, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre os principais filantropos. Contudo, tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados (SANGRARD, 2003, p.1).

Respondendo por um conjunto de atividades voltadas para ajudar os necessitados, a caridade e a filantropia foram ferramentas utilizadas na “distribuição da assistência aos pobres”. Concomitantemente, os “indivíduos, instituições e mesmo o Estado justificaram as atitudes tomadas para prestar socorro (ou controlar) os pobres como atos de benemerência” (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 15).

Para tentar amenizar as dificuldades financeiras que enfrentava, o asilo requeria, junto aos órgãos municipais, uma ajuda tanto em dinheiro como em materiais destinados à manutenção do espaço. Neste sentido, observa-se que, entre 1900 e 1904, foram registrados seis requerimentos direcionados à Câmara de Vereadores de Piracicaba, assinados pela diretora do asilo, Madre Cecília, solicitando recursos para o término ou para benfeitorias no edifício. Estas solicitações iam desde pedido de recursos para construção de calçadas até ajuda para a instalação de rede de esgoto. Todos eles foram indeferidos pelo legislativo, sob os mais diversos argumentos.

Dentre estas justificativas, podemos destacar, por exemplo, que em 1900 o asilo encaminhou um pedido para que a Câmara construísse “trinta e poucas braças de muros” (MARCON, 1992, p. 120), visto que a instituição argumentava não dispor de recursos para realizar tal obra. Apesar do apelo, a petição teve um desfecho indesejado para o Asilo de Nossa Mãe, pois o pedido foi “indeferido sob a alegação de que tal despesa não constava na lei orçamentária do município” (MARCON, 1992, p. 120)²³.

²³ ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA. Vol. XIX, fls. 33. Ver MARCON, 1992, p. 120.

Diante do indeferimento, Madre Cecília elaborou outro requerimento, agora pedindo que a Câmara, na impossibilidade de construir o tal muro, ao menos ajudasse com as despesas de mão-de-obra e com o material gasto na obra. Novamente esta tentativa foi mal sucedida, e o pedido indeferido, sob alegação de que “tal despesa não consta na lei orçamentária do município” (MARCON, 1992, p. 117). Cabe registrar que a arrecadação do asilo, nos três primeiros meses desse ano – composta por esmolas - foi de 1:91\$500²⁴. Ou seja, mesmo que a Câmara se negasse a contribuir com o asilo, as tentativas de arrecadação não se limitavam a esses pedidos, podendo ainda, as negativas serem usadas, como argumentos para a prática da esmola.

Um ano após o episódio narrado acima, em 1901, o Asilo de Nossa Mãe, segundo o Jornal de Piracicaba, solicitou também à Câmara recursos para a construção da calçada em frente ao edifício, sendo que tal pedido também foi indeferido pela casa de leis, sob o argumento de que “a Câmara não pode abrir precedentes para pedidos futuros desta natureza” (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, volume XIX, fl. 34). Diante da recusa do Legislativo, o jornal toma a iniciativa de fazer um apelo para que os leitores contribuíssem para a causa, conseguindo arrecadar 500\$000 só no primeiro dia da solicitação²⁵.

No ano seguinte, 1902, o Asilo de Nossa Mãe elaborou um requerimento à Câmara solicitando, desta feita, a

dispensa do pagamento da quantia de \$R 1.056,740 importância da instalação de esgotos em seu edifício, à Rua Boa Morte. O Asilo está exausto de recursos e como é uma instituição de reconhecida utilidade pública que presta relevantes serviços à pobreza desta cidade, tendo sob sua guarda e proteção quarenta e cinco meninas desvalidas, educadas e alimentadas gratuitamente, espera que a Ilma. Câmara lhe conceda o favor da dispensa requerida (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, Volume XX, fls. 52)²⁶.

²⁴ GAZETA DE PIRACICABA, 29/04/1900, p. 2.

²⁵ JORNAL DE PIRACICABA, 02/07/1901. Cf. ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, v. XIX, fls. 34. Ver também, MARCON, 1992, p. 130.

²⁶ Ver também, MARCON, 1992, p. 122-127.

Como os anteriores, esse requerimento foi também indeferido sob a alegação de que, por “importar a dispensa requerida, numa remissão de dívida municipal”, contrariava, o “Art. 62 da Lei n.º16, de 1893, que organizaram os municípios do Estado” (MARCON, 1992, p. 122), não sendo possível, assim, a obtenção da verba.

Houve outras tentativas do asilo no sentido de obter recursos junto à Câmara Municipal em 1904, com o objetivo de construção da calçada e de um muro de sete metros. Em 1906, para a instalação da rede de esgotos. Ambos indeferidos sob a justificativa de falta de verba²⁷. Somente em 1913 um projeto de lei em benefício do asilo, de autoria do médico e vereador Dr. Coriolano Ferraz do Amaral²⁸, foi aprovado, concedendo à instituição o valor de cem mil réis mensais²⁹.

O jornal *Gazeta de Piracicaba* mostrava, em seus artigos, que o asilo, no período estudado, procurava driblar a falta de recursos não só por requerimentos à Câmara Municipal, mas tentando manter-se por meio de doações e de alguns leilões realizados na cidade. Nesses eventos, eram vendidos as peças e artesanatos confeccionados pelas internas. Assim, pode-se pensar que o trabalho realizado pelas internas representou um importante elemento para a manutenção do asilo, constituindo-se em um dos dispositivos utilizados para obtenção de subsídios financeiros para a instituição.

Tais leilões tinham, em fins do século XIX, um grande apoio dos jornais e das elites locais, sendo realizados num dos principais teatros do município na época, o Teatro Santo Estevão. Acentuava-se, desta maneira, o caráter

²⁷ ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, volume XXII, fls. 06-19-111 (v) 123 e volume XIX, fls. 33. Ver também MARCON, 1992, p. 128 e 131.

²⁸ “O doutor Coriolano Ferraz do Amaral nasceu em Piracicaba no dia 30 de julho de 1870. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina (sic!) da Bahia em dezembro de 1896 e foi provedor da Santa Casa entre 1920 e 1946. Antes disso, teve marcada atuação política na cidade. Foi vereador por quatro vezes consecutivas, deputado estadual, e em 1920 elegeu-se à deputado federal. Na Santa Casa foi médico ambulatorial, chefe da enfermaria, diretor clínico e provedor, cargo assumido em janeiro de 1920. Permaneceu até 1946 no comando da Irmandade, quando adquiriu, através de doações e compras, a área de 60 mil m² inaugurando o prédio da Avenida Independência, que abriga a instituição até os dias atuais”. Cf. <http://www.santacasa.depiracicaba.com.br/historia.asp>.

²⁹ ATA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, v. XXV – fls. 28(v) – 34 – 39 – 73. Ver também MARCON, 1992, p. 135.

assistencialista do asilo³⁰. Para este tipo de evento, a própria diretora da instituição vinha a público, por meio dos jornais, como em dezembro de 1900, solicitar à população que participasse dos leilões a fim de contemplar as realizações das internas³¹.

No último ano do século XIX, o jornal *Gazeta de Piracicaba* descrevia, em 13/12/1900, que as prendas também ficavam expostas no asilo antes da realização dos leilões, informando que toda a arrecadação era revertida em benefício das internas e, principalmente, do estabelecimento³².

Piracicaba vivia um período muito difícil, tanto econômico como religioso, a maçonaria trabalhava sorrateiramente em sua tarefa anti-cristã; e nosso fundador, Frei Luiz foi atingido em seu ardis de ódio e vingança: Contam testemunhas oculares, que estando ele, dando expediente em sua correspondência em seu escritório, pequeno cubículo, localizado na Rua Boa Morte, no beco com a São Francisco, foi surpreendido, com o cair de uma grande pedra ponteaduda, que vindo do minúsculo telhado sem forro, veio a tombar sobre a tosca escrivaninha. Não fosse a vigilância da providência divina, ter-lhe-ia a pedra, esfacelado a cabeça, pois dela distava apenas, pouco mais de um palmo (MARCON, 1992, p. 353)³³.

Nesse relato podemos considerar três aspectos: primeiro, que a asilada era filha de imigrantes italianos vindos da região de Tirol, no norte da Itália, a mesma região de onde veio frei Luiz Maria. As dificuldades que acompanharam a imigração podem ser vistas, pois, como uma explicação para o envio da menina ao asilo. A segunda observação diz respeito ao seu relato, o qual se torna relevante para o estudo sobre a instituição, por ser e contemporâneo do

³⁰ GAZETA DE PIRACICABA, 11/05/1899, p.2.

³¹ JORNAL DE PIRACICABA, 22/12/1900, p. 2.

³² GAZETA DE PIRACICABA, 13/12/1900, p. 4.

³³ No testemunho da irmã Angélica Cristofolleti, interna do asilo desde os 11 anos de idade, na época em que Madre Cecília ocupava a função de Superiora Geral da Congregação – fato que ocorreu entre 1896, na fundação do asilo, a 1912, data em que a madre deixa de ser superiora -, consta que frei Luiz Maria de São Tiago, desde sua chegada a Piracicaba, era hostilizado, em especial, segundo a depoente, pelos representantes da maçonaria da cidade. Mesquita (1992) destaca que Prudente de Moraes foi eleito em 1864, Presidente da Câmara Municipal, pelo Partido Liberal, defendendo os ideais republicanos em contraposição às idéias dos conservadores monarquistas. Foi eleito, em 1868, deputado para a Assembléia Provincial, participando, juntamente com o irmão Manoel, da histórica Convenção de Itu. Por haver muita reserva e até mesmo certa perseguição aos militantes do Partido Liberal, por parte da Guarda Nacional, Prudente de Moraes juntamente com seu irmão Manoel e outros 33 companheiros fundaram em Piracicaba uma Loja Maçônica Piracicaba, local que se caracterizava por sua discrição e segurança, onde a luta republicana ganhou espaço e força.

período em que o asilo iniciava suas atividades. E por fim, a hostilidade por parte de alguns, quanto aos trabalhos realizados pelos freis na cidade.

O jornal *Gazeta de Piracicaba* assumia uma posição ambígua no tratamento das ações dos frades capuchinhos, que pertenciam à ordem religiosa responsável pela fundação do asilo. Suas críticas referiam-se às intervenções desses religiosos no município. Assim, os mesmos frades exaltados pelo jornal, por ajudar os mais necessitados, eram criticados por se diferenciarem na maneira de vestir, nos comportamentos, sendo os seus sermões considerados retrógrados em relação aos ideais liberais e republicanos, defendidos pelo diário.

O jornal *Gazeta de Piracicaba* trazia, em todas as suas capas, a partir da década de 1890, a epígrafe *Orgam Republicano*, numa declaração de sua posição política na cidade. Assumia em seus artigos uma posição de hostilidade em relação à Igreja Católica e suas ações, não só no município, mas também no país.

Tal conduta evidenciou-se quando o editor do jornal, João Pedro Meira, ao citar um trecho da obra do autor protestante Macaulay, *History of England*, contestou o poder da Igreja católica dizendo que “todos os progressos realizados no seio do christianismo em instrucção, em liberdade e em riquezas têm sido conseguidos maoo grado a igreja de Roma, e na razão inversa do poder” (G. P., 1895, p. 1). Posteriormente, enfatizava o jornal que cada convento que fosse construído pelos frades seria uma vitória do clero contra as autoridades governamentais³⁴.

Dois anos antes, num artigo publicado em 19/03/1893, sob o título *As predicas dos Frades*, o jornal *Gazeta de Piracicaba* se dizia impressionado pela “necessidade urgente” dos frades de “dar publicidade às prédicas por eles proferidas” (G. P., 1893, p. 1). Ao criticar o sermão do religioso na igreja matriz da cidade de Piracicaba, o artigo descreve que “chegando à Egreja um quarto antes das 8 horas da noite. Sobre um estrado a um metro de altura collocado no corpo da Egreja, orava o Frade capuchinho que ouvimos chamar de Frei Luiz” (G. P., 1893, p. 1).

³⁴ GAZETA DE PIRACICABA, 24/05/1895, p. 1.

Atônito com a cena, o editor continua:

Assim é que um delles examinando as diversas espécies de pecado disse: Vede alli aquella donzella (apontando imaginariamente) com seu ar de pureza e inocência... já teria ido talvez debaixo das árvores com algum moço para perder sua honestidade!! (G. P., 1893, p.1).

O artigo finaliza dizendo que os chefes de família tinham proibido suas filhas de assistir a tais sermões por considerarem os mesmos escandalosos³⁵.

Nota-se que a repercussão do artigo sobre o sermão do frade foi imediata e negativa, não só na cidade de Piracicaba, mas também em São Paulo, onde o artigo foi também apreciado³⁶, como demonstra uma reportagem da *Gazeta de Piracicaba* de 26/03/1893,

A indignação já era sentida em matérias anteriores do jornal, como evidencia um artigo que tecia algumas críticas dos capuchinhos e às idéias por eles defendidas. Assim, em 1893, o jornal criticava os capuchinhos, argumentando que estes frades “andam convertendo os povos de Piracicaba às doutrinas do chistianismo” (G. P., 1893, p. 1) e que “a linguagem desses padres tem sido tão inconveniente, que a imprensa proteste – contra ela” (G. P., 1893, p. 1). Ao se referir à insistência das missões capuchinhas, continuava o artigo denunciando que

o povo abandona as fazendas e acode as roças aos mangotes, trazendo provisões para muitos dias. Tais atitudes seriam incompatíveis com a corrente das idéias, com a vida social contemporânea, com os hábitos de trabalho das populações laboriosas e ordeiras (G. P., 1893, p. 1).

Gavazzoni (2009) nos indica que “Frei Luiz Maria residiu apenas 07 anos em Piracicaba (1889 a 1892 e 1894 a 1898)” (GAVAZZONI, 2009, p. 41). A autora também afirma que o religioso foi o co-fundador da Província dos Capuchinhos de São Paulo - Procasp – e que ele fazia parte do, “primeiro grupo a contribuir imensamente na propagação do espírito franciscano em

³⁵ GAZETA DE PIRACICABA, 19/03/1893, p. 1.

³⁶ Ibid, 26/03/1893, p. 1.

terras brasileiras e, incentivar e ajudar na organização do primeiro seminário de formação das futuras vocações capuchinhas” (GAVAZZONI, 2009, p. 40).

Foram idealizados e construídos pelo frei os conventos de Taubaté e Piracicaba, além das escolinhas e as duas Ordens Terceiras Seculares da Província, das quais se formaram muitos frades (GAVAZZONI, 2009).

Em um trecho de carta escrita por frei Bernardino acerca de frei Luiz Maria de São Tiago em 1902, quando este já tinha retornado a Trento, na Itália, Pedroso (1996), frei da atual Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, nos indica as impressões que se tinha acerca do religioso:

Muitas e belas são as qualidades do Pe. Luiz: entre outras: um zelo incomum, um grande caráter, uma perseverança rara no trabalho, que não teme qualquer fadiga, qualquer contrariedade. Ninguém de nós trabalhou e realizou tanto aqui como ele. Tão somente a ele se deve o surgimento de florescente Ordem Terceira em Taubaté e Piracicaba, assim como de um estabelecimento de ensino nesta última cidade. Tanto zelo e tão incansável operosidade provocou até, e muitas vezes, depoimentos públicos de admiração dos próprios inimigos da religião (PEDROSO, 1996, p. 36).

O desejo do frei de instituir um asilo de assistência era, nesse sentido, um desdobramento de sua atuação missionária, traduzida pelos seus biógrafos como “incansável operosidade” e compromisso de ajudar aos mais necessitados e paralelamente criar evangelizadores pois,

entre as faculdades concebidas pela Santa Sé aos fundadores da Missão de São Paulo por rescrito[sic!] da Sagrada Congregação dos Negócios Extraordinários de 16 de julho de 1889, figurava em primeiro lugar a de abrir uma escola seráfico para a formação de sacerdotes nativos. Quando em 1894 chegou Frei Bernardino de Laval, tratou logo de dar cumprimento a essa necessidade. Na reunião do Conselho da Missão realizada em 21 de abril de 1896 foi escolhida a cidade de Taubaté e imediatamente se deu início aos trabalhos. A 13 de julho desse mesmo ano já estavam lá os primeiros candidatos vindos de Piracicaba. No dia 15 de março de 1897 foi solenemente inaugurado o prédio do Colégio Seráfico que teve como padroeiro o mártir capuchinho São Fidélis de Sigmaringa. Em 1911 foi transferido para Piracicaba onde cessou de existir em 1916. Reaberto provisoriamente em Botucatu no ano de 1919, cessou outra vez de existir no ano seguinte. Novamente aberto a 4 de julho de 1922 em São Manuel do Paraíso, foi transferido provisoriamente para São Paulo em fevereiro de 1923, de onde a 10 de dezembro de

1928 partiu definitivamente para Piracicaba em prédio próprio, que foi diversas vezes ampliado (PROCASP, 2009, p.1)³⁷.

A experiência de frei Luiz não se restringia, como observamos, somente ao campo religioso, abarcando a esfera assistencial e educacional. Além disso, a área de atuação não ficava circunscrita à cidade de Piracicaba, mas se estendia a São Paulo e também Taubaté.

A preocupação estampada nas páginas do jornal *Gazeta de Piracicaba* indica que havia uma tensão na relação do município com os frades, o que nos leva a fazer algumas indagações. Primeiro, em termos da defesa de uma sociedade laica, tendo em vista ser a *Gazeta* um periódico declaradamente republicano. Segundo, em relação à conversão do povo a um segmento do cristianismo, considerado fanático e retrógrado pelos republicanos. Essa indicação nos aponta que as idéias republicanas e laicas defendidas pelas elites da cidade, supostamente não atingiam a maioria da população analfabeta.

A desconfiança das elites da cidade em relação aos frades parecia se fundar no temor de um suposto movimento messiânico, tendo em vista que, como indicava a *Gazeta de Piracicaba* em seus artigos, os sermões dos freis capuchinhos eram inflamados e prometiam a salvação da alma, por meio do arrependimento dos pecados e da prática da caridade.

O periódico local publicava os discursos acalorados contra o “fanatismo” do povo, como se verifica em uma acusação estampada nas páginas da *Gazeta* afirmando que:

Esses sacerdotes que pregam na Boa-Morte, diariamente se insurgem contra as leis da República. Eles assentam as bases da desorganização material e moral da família brasileira. Eles são perniciosos, quando procuram demonstrar a desnecessidade do casamento civil, plantando com a cerimônia religiosa do matrimônio e com o conselho para a não realização do casamento civil, o gérmen da discórdia nas famílias, a anulação completa do pátrio poder. Ignorante e analfabeto, como é o nosso povo, esses frades capuchinhos depois de o seduzirem com as suas praticas supersticiosas, o convencem da nenhuma necessidade do casamento civil.

³⁷ Disponível em: http://www.procasp.org.br/textos.php?id_texto=86. Acesso em 14/05/2009.

Cada vez que elles são chamados para effectuarem um casamento religioso, finalizada a cerimônia, declaram aos nubentes que estão perfeitamente casados, que não precisam ir ao Juiz de Paz legalizar perante o Direito do nosso paiz aquella união.

Assim, pois, elles pregam contra as leis da Republica? Elles, estrangeiros, que vivem amparados sob a égide liberal dessas leis?

Sim porque elles são estrangeiros, elles não tem o direito de valer-se de umas leis para atacarem outras leis do nosso país. Frei Luiz, o mais fanático dos capuchinhos, é um perfeito embryão de Antonio Conselheiro, que quer transformar a civilização de Piracicaba na barbaria de Canudos.

As scenas desoladoras que temos visto se desenrolarem nos sertões da Bahia são a consequência fatal e directa do fanatismo e superstição religiosa.

Aquelle povo ignorante foi longamente preparado por uma educação religiosa falsa e estúpida. Paulatinamente as praticas supersticiosas as mais absurdas e verdadeira bruxaria foram destruindo o senso moral, embotando os bons instinctos e aplainando o terreno para que num momento dado, exigisse um Antonio Conselheiro, que com os seus sortilégios o dominasse. E quem os responsáveis por este resultado escandalosamente degradante? Não são outros senão os falsos sacerdotes, que, apoiados no prestigio de uma santa religião, em vez de o instruírem o embrutecem e fanatizam.

Em Piracicaba o terreno está se preparando. O fetichismo, a superstição e o embrutecimento estão se alastrando. Frei Luiz é quase um Deus. Os fieis lhe beijam as mãos, beijam-lhe as vestes e quem sabe ate se beijam lhe os pés. O sentimento da dignidade humana, que faz o homem a creatura digna de Deus, já está profundamente obliterado. Os frades proclamam e todos os seus fieis acreditam piamente que estes artigos são escriptos pelo vermelho Satanaz. É a forma pela qual elles respondem aos nossos escriptos. Que é isto senão embrutecer, degradar e barbarizar?

Frei Luiz é um embryão de Antonio Conselheiro! (G. P., 1897, p. 1).

Ao comparar Frei Luiz com Antônio Conselheiro, o jornal *Gazeta de Piracicaba* claramente mostra a preocupação que se tinha com as idéias pregadas pelo religioso ou o retorno de idéias outrora defendidas, no período imperial brasileiro, pelos clérigos. Em contrapartida lança, implicitamente, por meio de suas páginas, a defesa das idéias republicanas, como o casamento civil, a separação entre Estado e Igreja, dentre outras, combatidas por Conselheiro e também, como argumentava o artigo do jornal, pelo frei no município (CARVALHO, 2001, p. 72).

Miceli (1988) esclarece que, desejosos de impedir a ocorrência de surtos de mobilização religiosa nesses lugares de devoção, que pudessem escapar ao seu controle, os representantes da Igreja na República Velha não mediram esforços para coibir desmandos nas irmandades, buscando enquadrá-las em um regime de submissão à autoridade episcopal idêntico ao que se sujeitavam as ordens terceiras e associações pias, fundadas pela Igreja no contexto da política de romanização.

Em sua análise sobre a elite eclesiástica brasileira o trabalho de Miceli (1988) permite pensar na conjuntura do regime republicano, no qual a “Igreja Católica passou a enfrentar um duplo desafio” (MICELI, 1988, p. 19). O primeiro era a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política. A segunda, sem menos urgência, era a de “reaver a parcela do patrimônio incorporada ao poder público” (MICELI, 1988, p.19), com o advento da República. Estes desafios, segundo o autor,

deram origem a graves desentendimentos entre as autoridades eclesiásticas, mormente certos prelados que passaram a reclamar a extensão de seus poderes de jurisdição sobre os bens, as atividades e o processo de designação das lideranças, e os grupos dirigentes leigos que delas se haviam apoderado como instrumento de barganha nas lutas políticas locais (MICELI, 1988, p. 19).

Movimento semelhante também observado no interior das elites republicanas, no qual se observava de um lado, os liberais com viés federativo e, do outro, os positivistas centralizadores, que vão polarizar os debates no seio do projeto republicano. Rafaeta (2008) indica que, para os liberais,

a monarquia simbolizava o atraso das idéias do “tempo presente” (fins do século XIX) e o império a marca de um tempo ultrapassado; somente a república teria respostas para o tempo em que viviam. Atuavam, desse modo, pela construção de uma imagem negativa do absolutismo monárquico brasileiro. Já para a vertente positivista do pensamento republicano, de caráter notadamente cientificista e adepta das teorias do darwinismo social, a ilegitimidade do governo monárquico estava fundada no já ultrapassado direito do nascimento, além de considerar a monarquia como uma fase

de disfunção e perda do equilíbrio do organismo social (RAFAETA, 2008, p. 44).

Esta correlação entre a elite eclesiástica e as elites republicanas evidencia que existiam no interior das mesmas grandes divergências e que elas não eram compostas de idéias homogêneas, mas de pessoas e grupos com pensamentos distintos. Porém como nos alerta Miceli (1988),

o regime republicano e a Igreja católica “tinham objetivos semelhantes de estabelecer influência por todo o país”. Ao contrário do que sugerem alguns autores, isso não significou o ponto de partida para um confronto político e tampouco caracterizou um processo aberto de competição pelo monopólio de esferas de influência. A concepção de que “as relações entre as duas instituições eram amigáveis, embora oficialmente muito formais”, talvez seja aplicável apenas ao clima de relacionamento do governo, quer dizer, entre o governo republicano e o Vaticano (MICELE, 1988, p. 25).

Essa afirmação deixa claro, pelo que se apurou, que os debates e divergências não ficavam restritos somente ao campo das idéias. Além disso, cada objeção era discutida e canalizada em prol de um projeto maior: a zona de influência de cada organização, política e religiosa, em relação à sociedade.

Independente das discussões no interior de cada esfera é nos ideais dos capuchinhos que a sociedade vai confiar parte de seus recursos financeiros, por meio de doações, para recolher e educar as meninas órfãs e desvalidas da cidade, a partir de uma iniciativa que reunia senhoras da elite e as religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria.

Como se sabe, essa congregação das irmãs franciscanas se constituía em uma corporação de leigos, subordinada à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, possuindo autonomia de ação em relação à Igreja. Por este motivo poderiam, sem nenhum ônus, eleger sua própria diretoria.

Essas freiras eram as responsáveis pela divulgação do trabalho do asilo, pelas arrecadações para a construção e manutenção da instituição e, ainda, pela assistência às menores.

O jornal *Gazeta de Piracicaba*, em artigo publicado no dia 01/03/1895, trazia à tona as suas reservas em relação à vida religiosa bem como, à escolha

daquelas que ingressavam na Congregação das Irmãs Franciscanas para se tornarem freiras. Como observamos nesse artigo:

Consideraste o convento de um valor impreciable, fizeram-te crer que era um lugar santo, um lugar divino, onde vereis Deus cara a cara, e uma vez dentro delle, a tyrannia, a porfidia, o egoísmo e outros tantos defeitos no mundo se corrigem, mas que no solitário lugar uma sombra as occulta completamente, collocaram aos teus pés o grilhão moral que hoje tão amargamente arrastas. A freira! Na maioria dos casos é um ser engraçado. Si as paredes dos conventos tivessem ouvidos para ouvir, olhos para ver e bocca para falar, quanta cousa não nos revelariam! Cousas que, ontretanto, hão permanecendo no mais profundo mysterio (G. P., 1895, p. 1).

Como citado pelo jornal, se o convento era um lugar de tirania, de disputas egoístas, no contexto do asilo, as meninas desvalidas que optavam pela inserção na Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, que estava localizada no mesmo prédio, também tinham que seguir uma série de regras, diferentes daquelas impostas no asilo, determinadas por outro, tipo de regimento, no qual as “aspirantes devem ser (...) sãs de corpo e de espírito, robustas, não frenéticas nem hystericas; de bons costumes e devotas, amantes do trabalho e da concórdia” (MARCON, 1992, p. 193).

Além dessas exigências, a postulante deveria ter idade mínima de 16 anos e máxima de 35 anos. As meninas menores necessitavam da autorização dos pais ou de responsáveis, que deveriam renunciar a qualquer direito futuro sobre elas; não poderiam possuir dívidas e nem estar de casamento arranjado. Tinham também que apresentar certidão de batismo e carteira de “vacinação e boa saúde” (MARCON, 1992, p. 193), assim como o atestado de bons costumes. Se o pai ou mãe fossem considerados pobres e dependessem do auxílio da postulante, esta não poderia ser aceita.

Quanto à educação das noviças, esta competia às mestras, que deveriam, para exercer a função, ter no mínimo 30 anos de idade e dez de vida religiosa.³⁸

Considerações Finais

³⁸ MARCON, 1992, p. 193.

O Asilo de Nossa Mãe, uma instituição assistencialista e educacional, se apropriou de um discurso semelhante a esse em prol de um projeto maior: a oportunidade de recuperação, defendida pela Igreja Católica, de um campo que lhe havia escapado - o da instrução pública -, ou seja, recuperar sua influência na defesa das idéias católicas de ensino, em oposição ao ensino laico, proposto pelos republicanos.

Assim, segundo Hilsdorf (2005) ao analisar as instituições de ensino que atuavam no final do século XIX e início do XX, observou que

a (...) escola confessional católica era recusada, porque era considerada corrompida e atrasada, pois ofereciam um ensino ultrapassado, “metafísico” e incompleto”, em relação aos ministrados nos colégios laicos, protestantes, cientificistas ou positivistas (HILSDORF, 2005, p. 62).

Quando nos propomos a discutir as questões que envolvem a constituição de uma instituição assistencialista, educacional e católica devemos analisar quais eram os objetivos que a instituição queria atingir por meio do ensino. Pois, como já foi dito anteriormente, os conflitos de interesse que se entrecruzavam entre o ensino laico e o ensino confessional, no período estudado, devem ser pensados no âmbito de uma tentativa de retomada dos caminhos da educação, pelos católicos, que tinha sido perdida com o advento da República. Quanto aos republicanos, esses defendiam o fim da influência dos ideais da Igreja católica no Estado brasileiro (MANOEL, 1996).

Desta maneira, essa retomada das “rédeas” da educação brasileira se daria por meio das instituições confessionais, pois “no Brasil, esse empenho católico pela educação e em especial a educação feminina iniciou-se já por volta de 1850” (MANOEL, 1996, p. 45), e é por meio das mulheres que os líderes católicos viam as possibilidades para se educar as crianças e catequizá-las.

Observa-se que, em geral, a educação do país já era discutida na capital, Rio de Janeiro, desde meados da década de 1870. Mais precisamente quando o médico da Associação Municipal Protetora da Infância desvalida da

cidade do Rio de Janeiro, Dr. Costa Ferraz, fez um discurso perante o Imperador defendendo a instrução pública.

Neste mesmo discurso, o médico defendia a liberdade de ensino e condenava as barreiras impostas às ordens religiosas que, segundo ele, cobriram a humanidade de benfeitorias e a união destas com a instrução pública foram traduzidas em “esperança, força e prosperidade” (MONARCHA, 2001, p. 165).

Tal iniciativa era anunciada pelos papas Pio IX e Leão XIII, em encíclicas³⁹, bulas⁴⁰ etc., na luta contra o ensino laico proposto pelos liberais republicanos, não só na Europa, mas também nas Américas (MANOEL, 1996, p. 45). Pode-se notar que esta luta atinge o seu apogeu, ainda na década de 1860 (VIEIRA, 1980), por meio da Encíclica *Quanta cura Syllabus* declarada pelo papa Pio IX, que reafirmava os valores tradicionais da Igreja Católica, incluindo a educação contra os valores laicos defendidos pelo liberalismo.

Apoiando-se no funestíssimo erro do comunismo e socialismo, asseguram que “a sociedade doméstica deve toda sua razão de ser somente ao direito civil e que, por tanto, somente da lei civil se derivam e dependem todos os direitos dos pais sobre os filhos e, sobretudo, do direito da instrução e da educação”. Com essas máximas tão ímpias como suas tentativas, não intentam esses homens tão falazes senão subtrair, por completo, a saudável doutrina e influência da Igreja à instrução e educação da juventude, para assim infeccionar e depravar miseravelmente as ternas e inconstantes almas dos jovens com os erros mais perniciosos e com toda sorte de vícios. Com efeito; todos quantos maquinavam perturbar a Igreja ou o Estado, destruir a recta ordem da sociedade, e assim suprimir todos os direitos divinos e humanos, dirigiram seu empenho e esforços no intuito de enganar e depravar, como já fizemos anotar, a juventude, em cuja corrupção depuseram toda a sua

³⁹ Uma encíclica ou Carta Encíclica é um documento pontifício dirigido a todos os fiéis católicos: leigos, presbíteros, diáconos, pessoas consagradas e todos os fiéis leigos. Cf. <http://www.pastoralis.com.br/pastoralis/html/modules/smartfaq/faq.php?faqid=275>. Acesso em 10/04/2009.

⁴⁰ O termo Bula Pontifícia se refere não ao conteúdo e à solenidade de um documento pontifício como tal, mas à apresentação, à forma externa do documento, a saber, lacrado com pequena bola (em latim, “bullā”) de cera ou metal, em geral, chumbo (sub plumbo). Assim, existem *Litterae Apostolicae* (v. Carta Apostólica) em forma ou não de bula e também *Constituição Apostólica* (v.) em forma de bula, p. ex., a *Munificentissimus Deus*, bem como as constituições apostólicas de criação de dioceses. Cf. http://www.diocesedesantos.com.br/a1ns/see/glossario/glossario.php?id_dic=25. Acesso em 10/04/2009.

esperança. Esta é a razão por que o clero - secular e regular - apesar dos entendidos elogios que um e outro tem merecido em todos os tempos, como o testemunham os mais antigos documentos históricos, assim na ordem religiosa como no civil e literário, é objecto [sic!] de suas mais nefandas perseguições; e andam dizendo que esse Clero “por ser inimigo da verdade, da ciência e do progresso” deve ser apartado de toda ingerência na instrução da juventude (PIO IX, 1864).

Esta posição da cúria romana corrobora com os ideais defendidos no Brasil pelos ultramontanos⁴¹, que pertenciam a uma corrente ideológica contrária às idéias liberais. Destaca-se também que estas novas normas vão ter a mulher como foro privilegiado, pois ela possuía, segundo os líderes da Igreja, um caráter dócil e sensível às ações eclesiásticas.

Nesse sentido, a Igreja desenvolveria projetos específicos para o universo feminino, dentre eles a criação de movimentos religiosos e associações femininas (NUNES, 2002).

Para o Asilo Coração de Maria Nossa Mãe, pode-se considerar que havia um amálgama, por vezes contraditório, de relações entre ajuda política, projeto católico e “inspiração divina”, pois a instituição seria a única maneira viável de “algumas Irmãs Terceiras franciscanas viverem uma vida mais santa e dedicada a auxiliar os trabalhos missionários dos frades capuchinhos” (PEDROSO, 1996, p. 43).

REFERÊNCIAS

Fontes

⁴¹ Segundo Valdez (2006) “a partir da segunda metade do século XIX, uma parte da elite eclesiástica imperial visando a uma ampla reforma da vida religiosa católica tinha por objetivo tornar o catolicismo mais ligado às diretrizes de Roma, uma política que ficou conhecida como romanização. Isto implicava em autonomia do poder espiritual perante as autoridades imperiais e reunião do poder dos leigos em irmandades, o que requeria um grande investimento na formação moral e intelectual do clero, em substituição ao antigo regalismo. A intenção era formar católicos, seguindo o modelo do Concílio de Trento (1545-1563): Sacralização dos locais de culto, combate aos rituais profanos, valorização dos sacramentos, boa preparação dos sacerdotes, substituição da devoção dos santos tradicionais pelas corretas devoções a Jesus Cristo e a Virgem Maria, entre outras medidas” (VALDEZ, 2006, p.150). A aproximação do clero brasileiro com a Igreja romana baseava-se nos princípios defendidos pela cúria envolvida numa campanha política e ideológica contra o liberalismo, o racionalismo, o protestantismo e a Maçonaria. Este pensamento católico conservador, denominado ultramontanismo, nesta perspectiva provocou uma série de crises entre o poder católico, as autoridades liberais e os leigos da irmandade no período citado (VALDEZ, 2006).

CAMARGO, Ir. Armanda França Gomes. Um pouco de nossa história. 1979. In: MARCON, Christina Libera (Org.), *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992, v. 1.

_____. Comissão Histórica - Relatório. In: MARCON, Christina Libera (Org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992, v. 2.

_____. Cronologia Histórica I e II. In: MARCON, Christina Libera (Org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992, v.3 e 4.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE MARIA. Regras e Constituições – 1921. In: MARCON, Christina Libera (Org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992 (v. único).

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE MARIA. Estatutos disciplinares e diretório do noviciado. In: MARCON, Christina Libera (Org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992 (v. único).

JORNAL GAZETA DE PIRACICABA. 1889-1910.

JORNAL DE PIRACICABA. 1900-1910.

LIVRO DE MATRÍCULAS – *Asilo Coração de Maria*. Piracicaba, 1898. (manuscrito).

LIVRO CAIXA - *Asilo Coração de Maria*. Piracicaba, 1898. (manuscrito).

MARCON, Christina Libera (Org.) Prova Documental: Trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria. In: MARCON, Christina Libera (org.). *Canonizationis Servae Dei Ceciliae a Corde Mariae*. Piracicaba, 1992, v. 1, 2, 3 e 4. Tomo I, II, III e IV.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. A gestão filantrópica da pobreza urbana, *Revista da Fundação SEADE*, São Paulo: 2: 9-11; 14-17, 1990.

ÁRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: JC Editora, 1981.

AZZI, Riolando. A participação da mulher na vida da Igreja do Brasil (1870-1920). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *A mulher pobre na história da Igreja Latino-americana*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, p. 94-123.

BAÑUELOS, Aida Terrón. La higiene escolar: um campo de conocimiento disputado. *Áreas Revista de Ciencias Sociales*, n. 20, p. 73-94, 2000.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. *Autos cíveis de tutoria e contrato de soldada na comarca de Bragança-SP (1871-1900)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba, 2005.

BOSCHILIA, Roseli. Juventude, ultramontanismo e educação católica. *História Questões & Debates*, América do Sul, v. 43, 2007. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/7864/5545>. Acesso em 07/11/2008.

BRESCIANI, Maria Stella. O cidadão da república: liberalismo versus positivismo. Brasil: 1870-1900. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, mar./mai, 1995.
BURKER, P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMARGO, Manuel de. *Almanak de Piracicaba para 1900*. Piracicaba, SP: Typ. Hennies Irmãos, 1899.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República, uma instituição pública e privada. In: SILVA, et al. (Org.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

CARLI, Sandra. *Niñez, pedagogia y política. Transformaciones de los discursos acerca de la infancia em la historia de la educación argentina entre 1880 y 1955*. Argentina: Miño y Dávila Editores, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, 1990.

COSTA, Ruy Oehlmeyer. *As Águas do Piracicaba, século XIX*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba/SEMAE, 2004.

COSTA, Márcia Oehlmeyer. *O "pragmatismo" de Martha Watts. Conjecturas sobre a influência do pragmatismo na ação educativa do Colégio Piracicabano século XIX*. Monografia, Faculdade de Filosofia/Unimep, Piracicaba, 2005.

CRUDO, Matilde Araki. *Infância, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra do Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CUNHA, Maria Iza Gerth da. *Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica Colégio N.S. do Patrocínio*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIGUEROA, Jaime Patrício Sepúlveda. *A sociedade piracicabana do final do século XIX: classes dominantes, cultura e mediação da educação*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. (Resumo dos Cursos do Collège de France - 1970-1982). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (org). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

GAVAZZONI, Magali. *Fundação e primeiros anos de práticas educativas do Asilo do Coração de Maria Nossa Mãe de Piracicaba/SP. – 1896-1912*. Dissertação (Mestrado em Educação). Unisal, Campinas, 2009.

GONDRA, José G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (Org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

HILSDORF, Maria L. S. *Francisco Rangel Pestana. Jornalista, político, educador*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Cadernos de Pesquisa*, n.78, p.17-26, ago. 1991.

_____. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1962-1922)*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

_____. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira et al. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEÃO XIII (papa). *Rerum Novarum (sobre a condição dos operários)*, (1891). Petrópolis: Vozes, 1950 *apud* Manoel, 1996. Cf.http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em, 14/07/2008.

LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX*. São Paulo: Hucitec, Editora Universidade de São Paulo, 1984.

LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA E MARCONDES, Lea Rocha et al. *Educação confessional no Brasil, uma perspectiva ética*. Disponível em: <http://nespec.files.wordpress.com/2008/07/educacao-confessional-09-educere.pdf> . Acesso em 19/11/2008.

LOPES, Elaine Marta Teixeira et al. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MANOEL. Ivan A. *Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *A mulher pobre na história da Igreja Latino-americana*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

_____. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MURDOCH, Lydia. *Imagined orphans: poor families, child welfare, and contested citizenship in London*. New Brunswick, New Jersey and London: Rutgers University Press, 2006.

NARODOWSKI, Mariano. *Infância e poder: conformação da pedagogia moderna*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

NASCIMENTO. Terezinha Aparecida Quaiotti. *A administração do ensino público paulista na Primeira Republica*. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

NETTO, Cecílio Elias. *Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba - Século XX*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; Jornal de Piracicaba, UNIMEP, 2000.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, R. S. R. *Educação, maternidade e progresso: uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

OLIVEIRA. Mirtes C. Marins. *Fotografia e história da educação*. Disponível em: <http://www.hottopos.com/vdletras6/mirtes.htm>. Acesso em: 14/09/2009.

PALACOW, Patrícia Ozores; MENDEZ, Rosemary Bars. Fortunato Losso Neto, diretor do jornal de Piracicaba. *V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/hist-midia2005/resumos/R0087-1.pdf>. Acesso em 30/07/2008.

PEDROSO Ofmcap. Frei José Corrêa. *Um coração de Maria*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. Incultura e criminalidade: estereótipos sobre a educação da criança, do jovem e do camponês no século XIX. *História Franca*, v. 4, n. 1, 2005. Disponível em, <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0101-90742005000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23/06/2008.

PIO IX. *Carta Encíclica Quanta Cura. Sobre os principias erros da época*, 1864. Disponível em, <http://www.paroquias.org/documentos/index.php?vsec-ENC%vid=27>. Acesso em 04/08/2008.

PRIORE, Mary Del. As atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil Colônia. In: MARCÍLIO, Maria (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

RAFAETA, Edivilson Cardoso. *Luminoso farol: o Colégio Piracicabano e a educação feminina em fins do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RAMOS, C. C. Mulheres devotas do presente: trajetórias de amor e fé em Florianópolis. *Revista Ártemis*, v. DEZ, p. 149/09-155, 2008.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889*. Campinas: CMU/UNICAMP.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação, escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ROMANO, Cristina de Toledo. *Santa Cecília: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulista e da Igreja Católica entre 1895 e 1920*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. *História, ciência e saúde – Manguinhos*, v.10, n. 3, Rio de Janeiro Set./Dez. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702003000300017&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em 28/10/2008.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Manifestação da ação de particulares e de professores de primeiras letras em prol da escolarização em São Paulo no final do século XIX. *Revista HISTEDBR On Line*, Campinas, n. 24, p 3-10, dez. 2006.

SCHUELER, Alexandra Frota Martinez. A Associação Protetora da Infância Desvalida e as escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX. In: MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1985*. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37. São Paulo, Setembro de 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05/11/2008.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SILVA, Fernando Teixeira da et al. (Org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

SILVEIRA, Ildefonso; REIS, Orlando dos (Orgs). *São Francisco de Assis – Escritos e biografias de São Francisco de Assis; Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano*. 7 ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, v. 25, n. 2. São Paulo. Jul./Dez. 1999.

SOUZA, Sandro. Um cabo de guerra na Modernidade – As relações entre educação e o poder. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 20, 2005. Disponível em, http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art10_20.pdf. Acesso em 02/09/2008.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14 mai/jun/jul/ago 2000. In. LIMA E MARCONDES, Lea Rocha et al. *Educação confessional no Brasil, uma perspectiva ética*. Disponível em: <http://nespec.files.wordpress.com/2008/07/educacao-confessional-09-educere.pdf> . Acesso em 19/11/2008.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2007 Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=613. Acesso em 28/10/2008.

TORRES, Maria C. T. M. *Piracicaba no século XIX*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2003.

UHLE, Agueda Bernardete Bittencourt. Filantropia e educação. *Revista Educação e Sociedade*, n. 42, p. 274-289, 1993.

VALDEZ, Diane. *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria e Educação*, n. 06, 1992.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero na docência. *Cadernos Pagu* (17/18), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2001/02, pp.81-103.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.